



Centro de Estudos
EuroDefense-Portugal



Conferência no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Universidade Técnica de Lisboa

“ O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia”

“Desafios e opções para Portugal”

Nota de Enquadramento

No quadro da evolução previsível das ameaças ao sistema de segurança internacional, a maximização da eficácia e adaptabilidade da actual Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia (PCSD) continuará a ser uma das grandes prioridades da UE e dos Estados membros, enquanto os conflitos nos Balcãs, em África, no Médio Oriente e na Ásia Central/ Afeganistão persistirem e o risco de terrorismo na Europa se perpetuar.

Com a nova doutrina Obama, proclamando “uma nova era de empenhamento”¹ focalizada na paz e segurança internacional, os EUA alteraram a sua visão estratégica, tendo passado a contar com a Europa para uma partilha de liderança e uma abordagem mais forte, mais comprometida e mais coerente perante os novos, multifacetados e complexos desafios e ameaças à segurança e estabilidade internacional, designadamente em relação ao Norte de África, Médio Oriente e Afeganistão². Neste contexto, o Conselho Europeu de 16 de Setembro de 2010 declarou que a União deve ser um actor mundial eficaz, apto a “partilhar a responsabilidade pela segurança mundial” e a assumir um papel de “liderança na definição de respostas conjuntas a desafios comuns”.

Como corolário desta doutrina, insere-se a nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA³, que recomenda a promoção de uma nova ordem internacional que possa ajudar a resolver os desafios do nosso século, baseada no

¹ Tradução livre de “a new era of engagement” (White House website: http://www.whitehouse.gov/agenda/foreign_policy/).

² No Parlamento Britânico, em 25 de Maio de 2011, Obama defendeu que “ a aliança entre os EUA e os seus aliados será indispensável neste século”.

³ “National Security Strategy”, May 2010

diálogo, no respeito pelos direitos humanos e por outras culturas e na cooperação internacional.

Nesta conformidade, o retorno activo dos EUA à cena multilateral, conjugado com a vontade de reconhecimento global das chamadas potências emergentes, pode assim constituir uma janela de oportunidade para uma maior eficácia das parcerias estratégicas para o multilateralismo, perante os crescentes desafios da segurança regional e internacional.

Por outro lado, o novo Conceito Estratégico da Aliança Atlântica, adoptado em Lisboa em Novembro de 2010⁴, reconhece o primado do aprofundamento do diálogo político, da cooperação e do reforço das parcerias estratégicas como instrumentos promotores de segurança, paz e estabilidade internacional.

Uma nova atitude estratégica nas relações transatlânticas, tendo por base a partilha de tarefas e complementaridade da parceria estratégica UE-NATO, recomenda a urgente redefinição de prioridades para a Segurança Europeia, no quadro de um novo sistema de segurança euro-atlântico.

Esta redefinição de prioridades deve considerar sobretudo as seguintes vertentes: (i) as virtualidades, potencialidades, desafios e oportunidades criadas com a implementação do Tratado de Lisboa, nomeadamente no que respeita à eficácia do Serviço Europeu de Acção Externa e à PCSD; (ii) a clarificação resultante do novo Conceito Estratégico da NATO, quanto à sua futura vocação como aliança político-militar no quadro da segurança global ou meramente de âmbito regional; (iii) a reinterpretação do Artº 5 do Tratado de Washington, no que concerne ao conceito de defesa colectiva, em face da natureza assimétrica, não convencional e transnacional das ameaças mais prováveis (terrorismo, ataques cibernéticos, segurança energética, alterações climáticas) e à sua aplicabilidade fora do território da NATO; (iv) o reforço da parceria estratégica UE-Rússia e o aprofundamento do diálogo político e das relações NATO-Rússia na promoção da segurança euro-atlântica, incluindo áreas de grande sensibilidade político-estratégica como o combate à proliferação nuclear e a instalação de um sistema conjunto de defesa anti-míssil euro-atlântico; (v) as implicações de “primavera árabe” e mais concretamente da crise na Líbia nas relações transatlânticas, nomeadamente na partilha de trabalho nas acções de pós-estabilização, reconstrução e desenvolvimento institucional.

⁴ “Active Engagement, Modern Defence”, November 2010

O reforço e a flexibilização de uma verdadeira parceria estratégica renovada UE-NATO e UE-EUA e a implementação da Estratégia Europeia de Segurança, à luz das orientações do Tratado de Lisboa, são assim etapas fundamentais neste processo de mudança de atitude estratégica, que se reflectirá naturalmente ao nível do processo de desenvolvimento de capacidades e da partilha de tarefas e responsabilidades.

São inúmeras e variadas as questões em aberto, para as quais é preciso encontrar respostas adequadas. Reproduzimos aqui algumas dessas questões fundamentais:

a) No quadro do multilateralismo efectivo e tendo presente a actual crise financeira europeia, em que medida as capacidades, as fraquezas e os recursos individuais dos Estados membros vão influenciar a implementação de uma estratégia de segurança e defesa colectiva da Europa?

b) Que mais poderá ser feito no quadro de uma nova arquitectura de segurança euro-atlântica para:

- Reforçar o desenvolvimento coordenado de capacidades civis e militares;
- Alcançar os objectivos do Tratado de Lisboa, nomeadamente no que respeita à implementação do Serviço Europeu de Acção Externa e ao reforço do nível de ambição e do desenvolvimento das capacidades, através da “Cooperação Estruturada Permanente”;
- Responder à complexidade crescente das novas ameaças à segurança internacional (alterações climáticas e recursos escassos, segurança energética, ciberterrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, terrorismo e pirataria marítima)?

c) Neste contexto, considerando o facto de a PCSD estar agora ancorada num Tratado, em que medida a implementação da “Cooperação Estruturada Permanente”, estabelecida no Tratado de Lisboa, fornece possibilidades adicionais de melhorar as capacidades da PCSD e pode contribuir para um maior dinamismo de capacitação integradora Europeia e de mudança no sentido de, progressivamente, se caminhar para uma Europa de Defesa?

d) No quadro do novo Conceito Estratégico da NATO deve a Aliança ter uma estratégia global como “policia” ao serviço da segurança global, abarcando um largo espectro de operações de gestão de crises, estabilização e apoio aos esforços de reconstrução pós-conflito, ou deve actuar mais como “parceiro” e regressar à sua original “*raison d’être*” como provedor da defesa colectiva europeia?

Assim, considerando a natureza global, híbrida e transnacional das novas ameaças e a implementação plena dos conceitos “*comprehensive approach*” e “*cooperative security*”, deve a Aliança evoluir no sentido de desenvolver também uma capacidade civil de resposta a gestão de crises e, neste caso, quais as estruturas, os mecanismos e os instrumentos que assegurem a indispensável coordenação, complementaridade e reforço mútuo, evitando duplicações desnecessárias com a UE⁵?

e) Face à emergência das potências asiáticas e à inevitável formulação de um conceito de “Novo Ocidente”, de que forma é que os europeus são afectados pela “nova” relação entre EUA e os asiáticos? De que forma é que as “novas” relações transpácificas afectam a “velha” relação transatlântica, incluindo a Aliança Atlântica? Como adaptar a ordem internacional criada em 1945 à realidade actual marcada pela emergência das potências asiáticas e pelo aparente declínio do eurocentrismo num mundo cada vez com maior tendência pós-atlântica?

f) Como se pode hoje equacionar uma reflexão sobre segurança, quando o conceito de segurança humana traz à agenda dos Estados e da academia o reforço da preocupação com o individuo e colectividades enquanto sujeitos de autonomia e emancipação dos seus próprios processos de (in)segurança? E como é que a União Europeia e a NATO têm incluído estas abordagens nos seus conceitos estratégicos, nomeadamente no que respeita às profundas transformações em curso no mundo islâmico e ao papel da juventude no Norte de África e Médio Oriente?

g) No que concerne à política de vizinhança da UE e à implementação da PCSD, poderá a situação no Magrebe e Médio Oriente, sobretudo a crise na Líbia, constituir o primeiro teste ao papel do Tratado de Lisboa, nomeadamente quanto à eventual “marginalização” do poder das instituições centrais da intergovernamentalidade (Conselho, SEAE), face aos “directórios” dos Estados-membros mais poderosos?

É neste contexto que o Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, com o apoio do IDN⁶ e da DECIDE⁷, realizam uma Conferência seguida de debate subordinado ao tema:

⁵ Ver Novo Conceito Estratégico da NATO, §20-25, “Security through Crisis Management”

⁶ IDN-Instituto da Defesa Nacional

⁷ DECIDE-Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania

“O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia: desafios e opções para Portugal”

Em análise vai estar a reflexão e debate sobre o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia e sua conexão com os interesses de Portugal, tendo em consideração os seguintes desenvolvimentos:

- (i) A implementação do Tratado de Lisboa, designadamente no que se refere à criação e operacionalização do Serviço Europeu de Acção Externa e à execução da Política Comum de Segurança e Defesa;
- (ii) A dimensão da segurança humana e o quadro alargado dos novos desafios, riscos e ameaças à segurança internacional;
- (iii) O reforço das parcerias estratégicas UE-EUA, UE-Rússia e NATO-Rússia, a mudança de atitude estratégica nas relações transatlânticas e uma maior eficácia multilateral perante os desafios da segurança internacional;
- (iv) O novo Conceito Estratégico da NATO, a eventual necessidade de revisão da Estratégia Europeia de Segurança e sua incidência na parceria estratégica renovada UE-NATO.